

O PRINCÍPIO DO FIM

O fim da democracia começa quando o Estado, responsável pelo bem-estar da coletividade, perde espaço para os grandes conglomerados financeiros.

Cid Seixas

Sabe-se que, pelo menos, desde o mercantilismo há uma elite financeira e social que controla e constrói o modo de pensar e de agir dos povos tornados subalternos. Já na antiguidade, foram os grandes impérios que exerceram tal papel, mas a infraestrutura econômica mais elaborada só se aperfeiçoou a partir do século XV. Com a gradativa diminuição do poder dos estados nacionais, diante dos grandes grupos

e conglomerados internacionais, isto ficou ainda mais evidente na segunda metade deste nosso século XX.

Tais questões ganham uma abordagem incisiva no livro *O Fim da democracia*, de Jean-Marie Guéhenno, traduzido e publicado entre nós pela Bertrand Brasil, em 1994, há menos de um ano, portanto. Cientista político do Ministério das Relações Exteriores da França, o autor sistematiza um conjunto de ideias mais ou menos compartilhadas por outros observadores, embora ainda pareçam, simultaneamente, originais e pouco lógicas, quando formuladas de modo apressado.

A tese defendida de que o próximo milênio marcará o fim da democracia e dos estados nacionais parece, à primeira vista, uma das tantas formulações sensacionalistas produzidas por uma bem sucedida camada da inteligência norte-americana, pródiga em novidades e invencionices. Mas, acompanhado atentamente, o raciocínio em tela vai por outros caminhos, distantes do frisson superficial da pós-modernidade, quando o assunto exige abstração, como habitualmente são os temas das ciências

sociais. Os franceses são menos chegados ao arrepio fácil e mais propensos à reflexão cognitiva.

O desmoronamento da unidade soviética em face aos nacionalismos do leste europeu contradiz a tese defendida em *O Fim da Democracia*, mas não esqueçamos que esses países se mantiveram à margem do processo evolutivo do mundo capitalista. E o raciocínio de Jean-Marie Guéhenno é aplicável, portanto, ao desenvolvimento do capitalismo. A história recente dos povos subdesenvolvidos mostra como o sentimento nacional manifestado nas lutas contra a dominação colonialista começa a adormecer diante de uma aparente liberdade nacional. Hoje, os povos das antigas colônias não mais se voltam contra a metrópole opressora, porque o domínio é menos tangível. Não é que esses povos tenham se tornado soberanos e verdadeiramente livres, mas a velha forma de domínio desapareceu. Como brasileiros, conhecemos a história do nosso país e, a partir dela, podemos compreender muito bem o problema. Independente de Portugal, o Brasil entrou numa guerra absurda contra

o Paraguai para defender os interesses do Império Britânico. A indústria e o poderio comercial desse povo nos dominaram por muito tempo, até que os norte-americanos decidissem o nosso destino, como na derrubada do governo João Goulart.

O Brasil só tinha duas opções: ser um obediente satélite do crescente império norte-americano, ou do rival soviético, ambos senhores de vastos feudos com barão e cutelo. Diante deste quadro, atores à direita e à esquerda faziam suas escolhas.

Em todo o mundo, o quadro é mais ou menos o mesmo. Agora, neste final do século XX, quando o ocidente não mais está submetido à guerra fria e quando uma das potências não precisa se preocupar com a passagem dos seus “aliados” para a influência do adversário, a dominação é menos palpável e mais eficaz. Se por um lado, os Estados Unidos não podem justificar aos “democratas” a invasão de pequenos países, por outro lado, os povos agredidos não mais têm como escapar da sua influência. A trajetória da revolução cubana seria simplesmente impensável no mundo de hoje.

“O que é bom para os Estados Unidos é bom para as Américas” – trinta anos depois, foi a frase síntese dos defensores da nossa “aproximação” aos interesses daquele país, a partir dos anos sessenta. Hoje, a ideologia panamericana é bem mais ambiciosa...

Mesmo admitindo-se um equilíbrio de forças, a partir da união europeia e do crescente poderio de países orientais, os pequenos Estados não estão a salvo do domínio dos mais fortes. Segundo Guéhenno, “As nações descolonizadas se libertaram do jugo colonial para caírem em outra servidão, aquela que lhes é imposta pelas organizações internacionais, pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.”

Se ontem as multidões iam às ruas protestar contra a administração colonial e depois contra as multinacionais, hoje os setores politizados da sociedade se voltam contra ajustes econômicos, políticas cambiais irrealistas, alienação de fontes produtivas de riquezas, vendas de estatais estratégicas à soberania do estado nacional a complexas redes estrangeiras etc.

Isto quer dizer que o poder é cada vez mais transferido para os grupos econômicos. Um sólido conglomerado de empresas pesa mais do que algumas nações nas quais elas estão instaladas. O poder invisível dos cartéis e dos agrupamentos financeiros envolve e aprisiona com suas teias o cada vez mais frágil estado nacional. Agentes contratados ou subornados entre autoridades de países fragilizados por disputas ideológicas destroem, simultaneamente, o poder de controle estatal e as empresas nacionais, transferindo seus recursos para as grandes organizações.

Se hoje o problema já é sensível, o próximo milênio tornará esta guerra sem fronteiras um fato recorrente e possivelmente insolúvel.

Se no mundo feudal a terra era o bem supremo em importância estratégica e o senhor de mais posses transformava-se no rei, esse poder foi passando para os burgueses recém enriquecidos pelo comércio. Hoje, a riqueza econômica não mais depende da riqueza territorial, como serve de exemplo a bem sucedida recuperação do arruinado império japonês e o cresci-

mento de outros pequenos países cooptados pela rede do capitalismo ocidental.

O domínio agora é menos palpável. O dominador não precisa estar numa nação e dominar outras nações. Cada vez mais – invisível – ele se instala no território a ser ocupado e forma aliados entre os políticos e governantes. Assim a dominação a partir do ano 2000 – quando viveremos a realidade de um novo e imprevisível milênio mágico – não mais será, necessariamente, de uma nação sobre outra nação, mas de poucas pessoas enriquecidas sobre hordas, cada vez maiores, de miseráveis, transformadas em quase animais famintos.

Governos eleitos por expressivas maiorias se integram cada vez mais ao grupo dos senhores do império invisível – porque virtual, como os sistemas dos nossos computadores –, desenvolvendo políticas sociais claramente destinadas a atender aos interesses dos detentores do capital. Esta é a modernidade a que muitos países aspiram. Esta foi a meta entusiasticamente defendida por Fernando Collor de Melo e que levou as mais expressivas forças econômicas do país a aprovarem a sua

candidatura. Quando o seu governo cedeu a negociatas necessariamente atreladas a essas forças, o projeto ruiu e foi necessário a conversão de políticos saídos do que se chama de centro-esquerda, para que os interesses da “economia de mercado” fossem preservados.

Um grande partido, antes composto por lideranças progressistas, o PSDB, foi ao longo do tempo trocando os ideais de uma social democracia, baseada nos modelos europeus de humanização do capitalismo, pelos ditames do mercado, o novo senhor selvagem de feudos, burgos e expressivas aldeias globais.

É por isso que Guéhenno reserva para a nova era o nome de *imperial*, ressaltando tratar-se de um império sem sede e sem imperador, onde o poder de se autogerir foge cada vez mais aos cidadãos, cuja influência é reduzida ao cumprimento de papéis previamente estabelecidos pelos mecanismos sociais.

Dentro dessa nova organização, os lobistas e os representantes dos grupos financeiros têm lugar crescente de destaque; e o suborno deixa de ser um intruso

no campo ético para se tornar compensação pela capacidade de prestar serviços especializados – que facilitam a atuação dos chamados clientes preferenciais. Esta é a lógica da eficiência, onde o capital é o bem supremo. É impossível seguir o jogo do capital fugindo das regras geradas por este jogo. No futuro que se avizinha, ninguém estranhará se juizes e agentes públicos, alçados à condição de salvadores da pátria, forem postos a serviço do novo império sem imperador.

Quando a noção de riqueza se torna menos concreta, os valores também entram em crise. Se a riqueza se ligava ao material produzido, hoje ela reside no domínio de técnicas e dados precisos. O automóvel que marcou o nosso século exigia um investimento de quase metade do seu preço no material empregado. A eletrônica que prepara o século vindouro reserva apenas um por cento do seu preço para o material produzido. O restante da riqueza está em elementos abstratos e imateriais. Está no poder de informação de cada *chip* e nas descobertas exclusivas do seu fabricante. Por outro lado, numa simples peça do ves-

tuário este custo abstrato é maior do que o custo da matéria prima. O valor da marca é o que conta. Algumas empresas vendem o seu nome a outras empresas associadas. Este é o capital acumulado, a riqueza imaterial que modifica as relações econômicas constituintes do próximo milênio. Estas formas de poder assumem o lugar do Estado, anteriormente responsável pelo bem-estar de todos, diluindo o centro de decisões.

O estado nacional é impotente diante do poder econômico que se ramifica por vários países e se torna senhor dos indivíduos bem sucedidos. Os políticos ditos modernos são bastante liberais com relação às pretensões deste poder do capital. Eles sabem que os dias dos seus estados-nações estão contados e já se apressam em adquirir uma nova cidadania: a cidadania do mercado.

Os insólitos acontecimentos do nosso nada admirável mundo novo demonstra de forma convincente como cada vez mais somos impotentes para decidir os nossos destinos e como as grandes redes operam e nos transformam em componen-

tes de um circuito integrado. A *modernidade liberal* aponta como conveniência associar-se a isto. Nós, os *pré-históricos*, ainda acreditamos em outras saídas. Mas segundo o que é lógico repensar, a partir da leitura deste pequeno-grande livro de Jean-Marie Guéhenno, o gigantesco império sem imperador que o capital instituiu no mundo não é uma ideologia, é um processo. Inexorável.

O sonho acabou. E a gente nem sequer sonhou.

<http://www.linguagens.ufba.br/2022/democracia.pdf>

Publicado originalmente com o título “O fim da democracia”. Coluna LEITURA CRÍTICA, jornal *A Tarde*, Salvador, 13 fev. 95, p. 5.